

Engajando Administração aos Estudos Decoloniais: um panorama atual e os principais desafios para a área.

VALÉRIO CARVALHO FILHO

Universidade Estadual do Ceará - UECE
valerio_lero@yahoo.com.br

FELIPE KAISER FERNANDES

Universidade Estadual do Ceará
felipekaiserf@gmail.com

ANTONIO WAGNER CHAGAS MAGALHÃES

Universidade Estadual do Ceará - UECE
wagner2906@gmail.com

ANA SILVIA ROCHA IPIRANGA

Universidade Estadual do Ceará
anasilviaipi@uol.com.br

Aos Professores Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga e Alexandre Faria, ao CNPQ e à FUNCAP (Fundação Cearense de Amparo à pesquisa), à todos os colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração da UECE (PPGA-UECE) e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização dessa pesquisa

Engajando Administração aos Estudos Decoloniais: um panorama atual e os principais desafios para a área.

Resumo

Este ensaio teórico analisa os estudos decoloniais como fonte de pesquisa na área de Administração. A metodologia baseia-se em pesquisa teórico-bibliográfica fundamentada em Mignolo (1998), Dussel (1992), Quijano (1994) que discutem a questão da decolonialidade e, particularmente na área de Administração no Brasil em Faria (2013), dentre outros autores. Em adição aos pertinentes pontos apresentados pelos autores que abordam o tema na Administração, propõe-se o estudo de *práticas educacionais decoloniais* em Administração como mais um aspecto a ser discutido como pauta para agenda dos estudos decoloniais nessa área.

Palavras-chave: Administração decolonial, pensamento decolonial, colonialidade

1 Introdução

Este ensaio teórico pretende identificar traços nos estudos decoloniais buscando entender e construir convergências com a área de pesquisa em Administração. A metodologia baseia-se em pesquisa teórico-bibliográfica fundamentada em Mignolo (1998), Dussel (1992), Quijano (1994) que discutem a questão da decolonialidade e, particularmente na área de Administração no Brasil em Faria (2013), dentre outros autores.

Para os autores Rosa e Alcadipani (2014), muitos estudos em administração surgem a partir de preocupações e questões norteadoras dos estudos subalternos e embora vários não adotem diretamente o pensamento decolonial como referencial, as similaridades na linha de questionamentos são notáveis. Segundo a revisão da literatura feita por estes autores, há trabalhos da área que abordam principalmente discussões sobre:

“(...) temas que estão ligados aos efeitos do colonialismo no mundo contemporâneo e ainda reconhecem a necessidade de se descolonizar este campo de estudos quando analisam a questão da dependência cultural na tradição intelectual brasileira e na transferência de tecnologia gerencial entre países do centro e da periferia, quando problematizam o uso de teorias produzidas no Norte Global e buscam referências que valorizem um olhar a partir do Sul Global” (ROSA; ALCADIPANI, 2014, p.186).

Rosa e Alcadipani (2014, p. 197-199) conseguem expor um conjunto de trabalhos que relacionam a questão colonial com os estudos organizacionais. Como exemplo, os autores citam o livro editado por Prasad (2003), *Postcolonial theory and organizational analysis*, apresenta uma coletânea de estudos sobre esta abordagem no pós-colonial no campo dos estudos organizacionais, com destaque para o capítulo introdutório, em que Prasad faz uma extensa revisão sobre a teoria pós-colonial articulando-a com o *critical management studies* (CMS); ainda nessa linha de exemplo, os mesmos autores fazem referência ao trabalho de Banerjee (2000), que analisa o conflito em torno da extração de urânio em uma mina situada numa reserva aborígine na Austrália e o discurso colonial e anticolonial presentes no debate; o estudo de Neu (2000) também é apresentado pelos autores no contexto da literatura sobre governabilidade, colonialismo e genocídio e em sua pesquisa discute-se discute como as técnicas de contabilidade ajudaram na colonização e no genocídio dos habitantes originais do Canadá; sobre a questão racial, os autores fazem alusão ao trabalho de Cooke (2003), onde o

mesmo analisa as relações entre império colonial e pensamento gerencial, explorando o que a compreensão da escravidão e das organizações baseadas na escravidão pode nos dizer sobre gestão e estudos organizacionais; e mais especificamente sobre trabalhos que se ocupam da questão latino-americana destacam-se as publicações de Caldas e Alcadipani (2003), Ibarra-Colado (2006), Misoczky (2006, 2011) e Rosa e Alves (2011), que analisam questões ligadas ao pós-colonialismo e aos estudos organizacionais na América Latina.

Os exemplos não se encerram nesse curto elenco e os trabalhos acima citados foram expostos a título de confirmação de que a Administração tem demonstrado abertura para o debate sobre a questão colonial, as relações de dominação e exclusão, a lógica centro-periferia e a insistência por parte do centro em se apropriar de diferentes meios de poder para exercer autoridade, em todo sentido possível, sobre a periferia.

Contudo, ainda que o espaço para tais discussões já exista há algum tempo e possa ser comprovada a partir de tais publicações, quando o filtro passa a ser a utilização do referencial teórico declarada e lucidamente decolonial, a revisão da literatura em Administração aponta para uma ainda não tão vasta produção que prestigie e assuma essa articulação no Brasil.

Assim, sugere-se a seguinte ordem de seções no intuito de melhor expor um breve histórico da formação do pensamento decolonial até o seu encontro com os estudos em Administração: a primeira seção discorre sobre a genealogia do pensamento decolonial e as práticas como resultado. Posteriormente são abordadas as questões decoloniais no contexto da administração no Brasil.

2 Genealogia do pensamento decolonial e as práticas como resultado

As ciências sociais da América Latina têm passado por um movimento epistemológico de renovação através de uma radicalização do argumento pós-colonial, chegando inclusive a romper com este, no sentido de que se fez necessário a fundamentação de uma corrente autônoma, com conceitos próprios e geograficamente representativa: o movimento decolonial (BALLESTRIN, 2013).

Para entender melhor o nascimento e o estabelecimento das ideias decoloniais, faz-se necessária uma passagem pela “genealogia” do pós-colonialismo (BALLESTRIN, 2013, p.90), afinal foi a partir do desmembramento desse movimento que um determinado grupo de intelectuais iniciou a condensação de ideias e conceitos a fim de solidificar finalmente uma corrente de pensamento própria da América Latina.

Iniciando com uma breve reflexão sobre a etimologia da expressão, o termo “pós” não se limita a uma relação cronológica de posterioridade, mas antes de tudo “aponta para a permanência da problemática colonial em contextos que permitem tomá-la como referência para o desenvolvimento de perspectivas críticas que adquirem um significado abrangente” (RIBEIRO, 2010, p.114), uma vez que o fim do colonialismo teve apenas um sentido político, e mesmo assim limitado. Porém, não significou o fim da relação de dominação sobre as agora libertadas colônias, pelo contrário, a dominação se manteve em reformulações e manutenções das antigas maneiras de dominação, sejam elas econômicas, militares, epistemológicas ou em outras dimensões (SANTOS, 2004).

Embora não se possa dizer que o *corpus* da teoria pós-colonial seja completamente unificado, há um eixo temático em torno do qual se apoiam as principais ideias defendidas por seus representantes: a compreensão crítica do mundo a partir das desigualdades entre o Norte e o Sul; a persistência de uma matriz colonial remodulada e a incorporação do ponto de vista do colonizado nas diversas discussões imagináveis.

O argumento pós-colonial tem sua matriz em obras que, sobretudo, contestavam a relação colonial a partir das antigas colônias no oriente, como Índia; e as ex-colônias africanas. No cerne desse pensamento estão, assim, teóricos anticoloniais como, entre outros, Frantz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Édouard Glissant ou Amílcar Cabral, os quais

tiveram um papel determinante na formação de uma consciência anticolonialista e de um argumento a partir do oprimido (RIBEIRO, 2010).

Ao mesmo tempo em que essas obras eram desenvolvidas e substanciavam a discussão anticolonial, Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano, liderava no sul asiático a criação de um grupo que reforçava o pós-colonialismo em sua base epistêmica, política e intelectual, era o chamado: Grupo de Estudos Subalternos (BALLESTRIN, 2013; BARBOSA, 2009). “A expressão ‘subalterno’ começou a ser utilizada [...] como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores”; pensadores como Ranajit Guha e Gayatri Spivak se utilizam desse termo e expandem sua aplicação para se referir a grupos que não possuem voz ou representatividade, “cabe dizer que se trata de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho.” (FIGUEIREDO, 2009, p.84).

Com inspiração no movimento que ocorria no sul da Ásia, um grupo de intelectuais latino-americanos fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Dessa forma, a América Latina passa a ser incluída mais notadamente no debate pós-colonial. Porém, no decorrer dos encontros e discussões do grupo, surgem reflexões e questionamentos sobre a apropriação das teorias elaboradas pelos colegas estudiosos do oriente e sua aplicação na realidade latino-americana.

Mignolo (1998) faz algumas denúncias quanto à inadequação do simples espelhamento na América Latina do modelo desenvolvido para a realidade da Índia, pois segundo ele, o argumento dos orientais sequer levavam em conta a trajetória da relação de dominação e resistência vivenciada desde os remotos tempos do século XVI pelos latino-americanos. Castro-Gómez e Mendieta, (1998, p. 17) *apud* Ballestrin (2013, p. 95) expõem ainda outro argumento de Mignolo quanto à insatisfação de uma replicação das teses da crítica oriental no lócus americano: “Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina”.

Em adição aos questionamentos de Mignolo, Grosfoguel (2008) destaca que o grupo asiático se baseava no uso de epistemologias desenvolvidas em sua grande maioria por autores europeus, o que passou a ser visto pelo grupo dos latino-americanos como “uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento” (ROSEVICS, 2014, p.1).

Aos poucos, essas inquietações fizeram com que uma parte dos intelectuais que originalmente formaram o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos buscasse uma crítica original e um caminho a ser percorrido diferente das direções que sugeriam os pós-colonialistas, em termos de necessidade de construção de uma epistemologia que nascesse da América Latina e que fosse para e pela América Latina. Enfim uma nova narrativa teria que ganhar espaço, com o objetivo de dar voz àqueles que, de maneira sistemática, a lógica hegemônica do eurocentrismo havia emudecido. E é com base nesse raciocínio de desvelar a outra versão de uma história que até então vinha sendo contada apenas pelo lado lá e do jeito de lá que o grupo Modernidade/Colonialidade vai paulatinamente tomando forma, através de seminários, publicações e discussões entre esses estudiosos não completamente satisfeitos com o pós-colonialismo e que por fim viriam a fundar a corrente decolonial.

Ballestrin (2013, p. 97) faz um registro das principais reuniões e seus participantes na agitação em prol da consolidação do grupo M/C e da renovação das ciências sociais na América Latina:

Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dussel, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. A partir deste, foi lançada em 2000 uma das publicações coletivas mais

importantes do M/C: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*.

Em 1999, ocorreu na Pontificia Universidad Javeriana, Colombia, um simposio internacional organizado por Santiago Castro-Gomez e Oscar Guardiola, que os reuniu com Mignolo, Lander, Coronil, Quijano, Zulma Palermo e Freya Schiwy. Selava-se entao a cooperacao entre a Universidad Javeriana de Bogota, Duke University, University of North Carolina e a Universidad Andina Simon Bolivar.

Nos anos 2000, ocorreram sete reunioes/eventos oficiais do grupo (nos anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2006), o qual incorporou e dialogou com os seguintes nomes: Javier Sanjines, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, Jose David Saldivar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos.

Segundo Mignolo (2005), a produção intelectual periférica da América Latina há décadas demonstra vocação crítica e se coloca atenta em relação ao discurso dominante. Nesse sentido, vale registrar que parte desses acadêmicos supracitados já traziam consigo teorias e ideias críticas antecedentes ao movimento de estudos decoloniais, que serviram para nutrir a concepção do mesmo. Castro-Gómez y Grosfoguel (2007) elencam alguns dos principais nomes e suas respectivas teorias e enfoques no contexto latino-americano, tais como Anibal Quijano (Teoria da Dependência), Immanuel Wallerstein (Teoria do Sistema-Mundo), Enrique Dussel (Filosofia da Libertação), Walter Mignolo (Pós-Colonialismo).

A distinção entre colonialismo e colonialidade é um ponto pertinente e específico da escola decolonial. A noção de colonialidade provém dos estudos de Quijano (1992), onde o mesmo discute a colonialidade do poder. Enquanto colonialismo é uma forma de dominação política/administrativa e militar, a colonialidade se refere a padrão de poder global mais complexo e profundo (CASTRO-GÓMEZ ; GROSFOGUEL, 2007).

A ideia de colonialidade transcende o fenômeno do colonialismo, pois ainda que este último tenha sido extinto, a dinâmica de dominação foi mantida através da manutenção, reformulação e velamento (ou não) das estruturas de poder, sejam na dimensão econômica, política ou epistêmica. Ou seja, para Quijano (1992), mesmo que extinto o colonialismo como base da relação entre as antigas colônias e as potências europeias, o poder social ainda está constituído sobre as bases dos critérios originados da relação colonial.

Para analisar devidamente o conceito de colonialidade do poder, o Grupo de Estudios para Liberación (2015) argumenta que é necessário compreender o que Quijano entende como poder:

El poder es un espacio y una malla de relaciones sociales de explotación/dominación/conflicto articuladas, básicamente, en función y en torno de la disputa por el control de los siguientes ámbitos de existencia social: 1) el trabajo y sus productos; 2) [...] la naturaleza y sus recursos de producción; 3) el sexo, sus productos y la reproducción de la especie; 4) la subjetividad y sus productos materiales e inter subjetivos, incluido el conocimiento; 5) la autoridad y sus instrumentos, de coerción en particular, para asegurar la reproducción de ese patrón de relaciones sociales y regular sus cambios (QUIJANO, 2007, p.96).

A ideia de colonialidade do poder, então, descreve diferentes instâncias de formação de um sistema de dominação mundial, que abrange desde as esferas do trabalho e natureza, passando pela questão da autoridade até chegar às dimensões da subjetividade e do conhecimento. Quijano, porém, não fala de uma prioridade da dimensão do trabalho, seus recursos e seus produtos, sugerindo outra maneira de relacionar as ditas dimensões: fala da heterogeneidade histórico-estrutural que é própria do atual padrão de poder capitalista.

Essa heterogeneidade histórico-estrutural tem origem na conquista do continente americano e sua integração ao sistema mundo. A constituição desse sistema supõe a aparição de um novo padrão de poder que estrutura as relações sociais, conflituosas, de dominação e exploração (GRUPO DE ESTUDIOS PARA LIBERACIÓN, 2015). A postulação de Quijano

(2007, p.97) para os cinco âmbitos da existência social supõe uma explicação da maneira em que essas dimensões se articulam sob um novo padrão de poder capitalista:

Se trata siempre de una articulación estructural entre elementos históricamente heterogéneos, es decir, que provienen de historias específicas y de espacios-tiempos distintos y distantes entre sí, que de ese modo tienen formas y caracteres no sólo diferentes, sino también discontinuos, incoherentes y aun conflictivos entre sí, en cada momento y en el largo tiempo.

Portanto, se essa "colonialidade do poder" descreve os diferentes níveis de formação de um sistema capitalista mundial, não se assume a existência de uma estrutura homogênea composta por duas formações de oposição, de centro-periferia. Pelo contrário, levará a uma interrogativa mais profunda sobre a questão dependentista da expansão dos países capitalistas originários a diferentes níveis conceituais (PINACCHIO; SÁNCHEZ SAN ESTEBAN, 2010).

Além da discussão que trata de não confundir colonialismo com colonialidade, para Restrepo e Rojas (2010, p.27) o pensamento decolonial chama a atenção para o fato de a colonialidade ser o lado obscuro da modernidade, isto é, *“no hay modernidad sin colonialidad y, a su vez, la colonialidad supone a la modernidad; (...) se afirme que la relación entre modernidad y colonialidad es de co-constitución: no puede existir una sin la otra”* A “/” na construção do nome do grupo Modernidade/Colonialidade tem valor de relação de constituição mútua dos termos. A colonialidade não é um desvio ou algo que não deu certo na modernidade. Longe disso, a colonialidade é inerente à modernidade, como uma exterioridade constitutiva desta (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Para o Grupo De Estudios para Liberación (2015), a ambiguidade da modernidade é implantada no imaginário eurocêntrico a partir do seguinte itinerário: a) a civilização moderna entende-se como a mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição ideologicamente eurocêntrica); b) a superioridade obriga a desenvolver o rude, o primitivo, o subdesenvolvido, o bárbaro, na forma de uma exigência moral; c) o caminho desse processo educativo de desenvolvimento deve ser o mesmo seguido pela Europa (que é, na verdade, uma única linha de desenvolvimento europeu, imposto novamente sem qualquer consciência); d) uma vez que o bárbaro se opõe a esse processo civilizatório; a praxis moderna deve exercer a violência em último caso, se necessário, para destruir os obstáculos à modernização (uma guerra colonial justificada); e) esta dominação produz vítimas (de maneiras muito diferentes), sacrifício este que é interpretado como um ato inevitável; o herói civilizador investe às suas próprias vítimas um caráter de holocausto, um caráter de um sacrifício salvífico (os povos colonizados, os escravos africanos, das mulheres, da destruição ecológica da terra, etc.); f) Para a modernidade, o bárbaro tem uma "culpa" (o opor-se ao processo civilizador) que permite a "Modernidade", apresentar-se não só como inocente, mas como redentora da "culpa" de suas próprias vítimas. É nesse percurso que se entranha a lógica da colonialidade na razão de existir da modernidade.

Restrepo e Rojas (2010) se utilizam também da história do “outro” para explicar a indissociabilidade da modernidade e colonialidade. Para esses autores, algo ou alguém só pode ser definido como moderno ao mesmo tempo em que algo ou alguém não o seja. Se há um “nós” (modernos) há também um “não-nós” (não modernos). Logo, se a modernidade é entendida como um projeto civilizatório o que realmente está em jogo é a configuração de um *“nosotros-moderno en nombre del cual se interviene sobre territorios, grupos humanos, conocimientos, corporalidades, subjetividades y prácticas, que en su diferencia son producidas como no-modernas”* (RESTREPO; ROJAS, 2010, p.18)

O pensamento decolonial propõe a superação da “modernidade”, mas não através de uma crítica intraeuropeia, como no caso dos pós-modernos, e sim através da trans-

modernidade. Essa proposta desvela a violência de uma modernidade articulada para silenciar a razão de qualquer outro que não seja o europeu. A razão emancipatória como vem sendo pregada há séculos se transforma em um mito, que deve ser negado.

A crítica decolonial não visa a total negação da episteme construída pela hegemonia eurocêntrica, senão apontar suas máculas, suas omissões, suas verdades mal contadas, suas fraturas e sua violência sobre os demais conhecimentos. Por fim, palavras de Restrepo e Rojas (2010, p. 21), a inflexão decolonial não faz suas denúncias para reclamar uma posição de verdade absoluta, na verdade acaba por propor uma “*ética y una política de la pluriversalidad*”:

En este sentido la inflexión decolonial refiere una ética y una política de la pluriversalidad. En oposición a diseños globales y totalitarios en nombre de la universalidad (que fácilmente corren el riesgo de hacer a un particular eurocentrado representar lo universal), la pluriversalidad constituye una apuesta por visibilizar hacer viables la multiplicidad de conocimientos, formas de ser y de aspiraciones sobre el mundo. La pluriversalidad es la igualdad-en-la-diferencia o, parafraseando el eslogan del Foro Social Mundial, la posibilidad de que en el mundo quepan muchos mundos.

Essas questões em torno da modernidade e da colonialidade são a confluência argumentativa da coletividade do pensamento decolonial e embora as discussões aqui selecionadas sejam centrais, há consciência de que, por outro lado, outras características poderiam ter sido explanadas, com o mesmo valor de importância para a constituição da teoria decolonial; no entanto, com o objetivo de elaborar uma primeira visão geral dos contornos e especificidades desse tema, optou-se pela apresentação da trajetória posta à vista até esse momento.

Em ordem de não ficar em dívida com autores e trabalhos importantes para o movimento, recorre-se ao apanhado feito pelo grupo GESCO (2012) ao tratar do panorama geral sobre os estudos decoloniais, onde são citados alguns pensadores já mencionados até o momento e outros que ainda não.

Porém, ainda conforme o levantamento do grupo GESCO (2012), a dimensão histórica não é o único fio condutor das discussões do pensamento decolonial. Aqui cabe mencionar os trabalhos sobre movimentos sociais e alternativas de vida realizados por Adolfo Albán Achinte (2000), Arturo Escobar (2005) e Catherine Walsh (2009), que se atentam para as vivências de grupos humanos que têm sido historicamente subordinadas pelo colonialismo.

Nesse sentido, buscou-se fazer um ligeiro levantamento de estudos que de alguma forma trazem como centro de suas discussões essas “estratégias e alternativas de sobrevivência” a fim de sugerirmos que sim, que os estudos decoloniais conseguem se transpor do da práxis do campo acadêmico para uma práxis com incidência nas realidades sociais, uma práxis que traga transformações na dimensão do cotidiano dos subalternos. A constatação de que o pensamento decolonial vem sendo capaz de ser transformado em práticas decoloniais é mister para elevar o nível de validação dessa teoria como uma genuína alternativa para os grupos historicamente explorados e oprimidos. Essa alternativa, contudo, só será possível e aceitável quando o pensar de uma nova história através de uma reflexão decolonial for traduzido em novas formas de fazer. A tabela que segue é um quadro resumido de alguns trabalhos que mostram o alcance das práticas decoloniais em diversos campos e áreas de conhecimento.

Título	Autoria/ Ano	Práticas Estudadas
Sociogênese do Estado Plurinacional na Bolívia Contemporânea: Etnografando o <i>Viceministerio de Descolonización</i>	Tamara Lopes Martins Camargo (2014)	Estudar como as ações do <i>Viceministerio de Descolonización</i> (órgão sediado na Bolívia), dos autores decoloniais e os movimentos sociais indígenas bolivianos – influenciam ideias locais sobre propostas e visões de futuro em ações práticas de Estado, Estudar de que maneira estas ideias dão forma e remodelam políticas públicas e dão novos entendimentos acerca deste assunto. Este trabalho multidisciplinar procura visualizar tais questões. Uma compilação de teorias e evidências empíricas dão substância ao exame da prática decolonial na Bolívia, em ordem de explorar a consubstanciação entre teoria, prática e discurso.
“(…) Tem que partir daqui, é da gente”: a construção de uma escola “Outra” no quilombo Campinho da Independência, Paraty, RJ.	Edileia de Carvalho Souza Alves (2014)	A pesquisa objetiva contribuir para o debate da emergente política de educação escolar quilombola a partir da trajetória política do quilombo Campinho da Independência - Paraty, RJ na luta por uma educação diferenciada. Nesse sentido, foi o processo de resistência da comunidade enquanto um grupo social negro e rural, com saberes próprios e modos de vida específicos, que busca junto ao espaço escolar a valorização e o reconhecimento de sua cultura quilombola e de seus saberes étnicos. Compreende-se ser a educação escolar quilombola um projeto que pode ser situado na perspectiva da educação decolonial e o fazemos ao identificar o quanto o processo de luta pelo reconhecimento de seus saberes ancestrais, da epistemologia de sua resistência, das suas especificidades, culturas e modo de vida nos apresentam maneiras e possibilidades de desvio e de desafios às normas dominantes, principalmente quando aponta possibilidades de descolonização da educação escolar.
Repensando o Duplo Movimento Polanyiano a Partir do Desenvolvimento de Estratégias Sociais: um Olhar sobre o Setor de Energia Nucleoelétrica à Luz da Opção Decolonial	Márcio Moutinho Abdalla (2014)	A tese buscou repensar a tese polanyiana no contexto da energia nuclear, tomando por premissa, o argumento de que o processo de proteção social emergiria de diversos atores, por vezes ambivalentes e hegemônicos, por meio de <i>Estratégias Sociais</i> . Dessa maneira, o objetivo geral do trabalho foi analisar o desenvolvimento de <i>Estratégias Sociais</i> decorrentes do setor nuclear, a partir do <i>locus</i> de atuação da Eletronuclear, engajado com a opção decolonial. No trabalho foram discutidas e analisadas práticas de mercado, práticas de responsabilidade social corporativa e práticas institucionais.
O Potencial Contra-Hegemônico do Rap Indígena na América Latina sob a Perspectiva Decolonial	André Marques do Nascimento (2014)	Buscou-se nesse trabalho uma análise de práticas comunicativas, através de uma interpretação fundada em perspectivas teóricas decoloniais de discursos do rap produzido por grupos indígenas da América Latina. Argumenta-se que ao se apropriarem criticamente de um estilo cultural cujo poder de comunicação atravessa fronteiras e cria redes de coalizão contestatória, os povos indígenas apropriam-se também da enunciação historicamente negada e desafiam, assim, a hegemonia de projetos globais desde suas histórias locais, marcadas pela violência e pela exclusão. Ressalta-se no estudo que a atenção a este tipo de manifestação cultural contemporânea pode desvelar potencialidades epistemológicas fronteiriças fundadas em histórias e corpos

		marginalizados, especialmente para a área de estudos da linguagem.
Repensar la educación física actual: Reflexiones epistemológicas desde la teoría crítica decolonial	Daniel Ignacio Osorio Salguero e Javier Guerrero Rivera (2013)	Essa pesquisa foi destinada a estabelecer uma perspectiva epistemológica que permita abordar as abordagens educativas / pedagógicas da educação física para a transformação das práticas escolares. Este objetivo baseia-se no aparecimento recorrente de discursos e práticas que perpetuam comportamentos de discriminação, racismo, sexismo e violência no ambiente escolar. Vários esforços de instituições como a ONU, UNESCO e UNICEF foram feitos para superação desses comportamentos na esfera educacional. Por esta razão, é necessário repensar as práticas nas aulas de educação física, através do ensino / experiências com crianças e jovens no espaço escolar.
Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara	Agenor Sarraf Pacheco (2012)	O ensaio procura visualizar práticas “decoloniais” em territórios de índios, negros e afroindígenas entre campos e florestas na região. A perspectiva central do estudo é demonstrar que cosmologias de grupos de tradições orais, explicativas das múltiplas expressões de seus modos de vida praticados e compartilhados na Amazônia, apesar de pouco exploradas pelos estudiosos da diáspora, agenciaram significados de lutas culturais estabelecidas astuciosamente contra a dominação de suas artes, corpos e pensares por grupos no poder no contexto colonial. Como alguns exemplos encontrados nesse estudo : práticas de trabalho, herdadas dos negros e ainda mantidas pela tradição; práticas culturais, com suas formas de se alimentar, vestir, falar, relacionar e compreender o mundo; Práticas de leitura e escuta em literatura oral de cordel, por exemplo, atualmente em desuso em espaços urbanos marajoaras, mas ainda vivas nas lembranças de moradores rurais; práticas de negros e antigos escravos, que passaram a habitar o Marajó das Florestas e se mesclar com nações Nheengaíba, Mamaianá, Chapouna, expressões de culturas afroindígenas enraizaram identidades e se expressam, ainda hoje, de variadas formas.
Pensar un proyecto decolonial: la educación venezolana en perspectiva	Cesar Pérez Jiménez (2012)	Este artigo examina a continuidade histórica e social da matriz colonial na educação venezuelana; e apresenta evidências históricas apresentadas no diálogo com o pensamento colonial, a perspectiva de Foucault sobre o poder-saber e a pedagogia crítica, para criticar a currículos, conteúdos e estratégias educativas, a fim de determinar as possíveis mudanças que estas estruturas merecem.
Histórias da África e dos africanos na escola: tensões políticas, epistemológicas e identitárias na formação docente	Luiz Fernandes De Oliveira (2011)	O texto propõe uma análise e reflexão sobre a implementação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Africanos, da Luta dos Negros no Brasil e da Cultura Negra Brasileira no Ensino Básico. Parte-se da afirmação de que esta lei abre uma nova demanda no campo educacional brasileiro. Mais do que defender um reconhecimento da História da África, uma releitura da História do Brasil, das relações raciais e do seu ensino, a Lei 10.639/03 parece mobilizar uma dimensão conflitante e delicada, ou seja, o reconhecimento da diferença afrodescendente com certa intencionalidade de reinterpretar e ressignificar a História e as relações étnico-raciais no Brasil pela via dos currículos da educação básica, e trazendo consequências políticas, epistemológicas e identitárias para a formação e prática docente.
Estudios (inter)culturales	Catherine Walsh	Examina a atuação da Universidade Andina Simon Bolívar no contexto dos estudos interculturais na América Latina. Descreve algumas particularidades

en clave de-colonial	(2010)	das práticas educacionais de seu programa de doutorado. A oferta do programa está projetada em um currículo de cursos e seminários destinados a promover um pensamento desde a América Latina e com seus respectivos intelectuais, a fim de compreender, confrontar e incidir sobre as problemáticas da região. A perspectiva pedagógica-metodológica visa estimular processos de pensamento coletivo que permitem desde de formação, experiências e temas de investigação relacionados e pensar com as diferenças.
----------------------	--------	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

3 Pensamento decolonial no contexto da Administração no Brasil

No campo dos estudos em administração, deve-se reconhecer o recente, porém pulsátil empenho feito por alguns acadêmicos em discutir temas desta área a partir da perspectiva do pensamento decolonial. A fim de expor um panorama das principais questões estudadas nessa linha de pesquisa recém-iniciada, opta-se nesse trabalho por seguir a trajetória do pesquisador Alexandre Faria, uma vez que esse aparece de maneira recorrente em publicações envolvendo essa proposta. Além de produzir substancialmente como principal autor de diversos artigos, esse pesquisador também apresenta co-autoria em vários outros trabalhos em parceria com acadêmicos que também se ocupam dessa mesma temática. Sendo assim, entende-se que além de discutir sobre o que, em sua interpretação, é pertinente para esse debate, Alexandre Faria se preocupa em dialogar e produzir em parceria com colegas da área, deixando as discussões mais oxigenadas e enriquecendo o debate através da diversificação de mentes debruçadas sobre essa linha de pesquisa em administração. Essas são, portanto, as razões pelas quais se opta por seguir o autor em questão a fim de apresentar de uma maneira compreensível um quadro da atual proposta de lançar um olhar para a Administração a partir da lente decolonial.

Para Faria (2013a, p. 187) há uma dificuldade peculiar de se produzir conhecimento em administração devido a um especial desafio geopolítico, pois com a ascensão da globalização neoliberal tem-se observado um “processo extraordinário e sem precedentes de expansão das fronteiras do conhecimento”, que se dá em três vertentes principais.

A primeira vertente é uma transformação sistemática de tudo que não é considerado conhecimento em conhecimento. Instituições mundo afora (que trabalham para o centro dominante) se apropriam, a seu modo, do não conhecido e o classificam em conhecimento. Essa exploração do desconhecido, em especial dos tipos “alternativos” de conhecimentos que passam a ser classificadas pelas instituições, defensoras de um conhecimento universal, como crença ou ideologia. Desta forma, como a colonização “dos conhecimentos”, aumenta o número de “áreas do conhecimento e de temas de pesquisa acadêmica, mas, também, a ascensão do produtivismo acadêmico. Com isso, temos a ilusória sensação de que não há desigualdades ou exclusões” (FARIA, 2013, p. 187).

A segunda vertente exposta por Faria (2013a) é a expansão das instituições que governam o sistema do conhecimento. Para o autor, no pós guerra-fria as instituições perdem o monopólio do conhecimento, pois a partir desse momento as instituições acadêmicas se somam e concorrem com os *think tanks* institutos de pesquisa, organizações não governamentais, organizações transnacionais etc. na produção, legitimação e divulgação de conhecimento. Para ilustrar esse quadro, Faria (2013, p. 187) cita o caso do banco mundial :

“(…) o Banco Mundial decidiu transformar-se em “banco de conhecimento” ao invés de banco de desenvolvimento e, juntamente com outras instituições transnacionais e um extraordinário número de *think tanks*, passou a ser um dos mais poderosos produtores, legitimadores, classificadores e difusores de conhecimento (no singular) em escala global. Por sua vez, proliferaram organizações e instituições

euroamericanas dedicadas a incluir, classificar e divulgar esse conhecimento e, também, as instituições acadêmicas.”

Finalmente, a terceira vertente é o “processo combinado de desterritorialização e reterritorialização desse sistema do conhecimento” (FARIA, 2013, p. 187). Isso quer dizer que o não conhecimento passa a não ser tolerados no atual sistema. Uma ilusória falácia de inclusão defende que todos os conhecimentos sejam incluídos no cenário do atual sistema. Porém, o que está nas entrelinhas desse discurso é, mais uma vez, a intenção de que os diferentes conhecimentos sejam convertidos em conhecimento (universal), sendo este último dominado e controlado pelo centro. Com isso, há um reforço do argumento colonialista de que “não existe e não deve existir nada fora desse sistema. Tendo em vista a institucionalização do pressuposto eurocêntrico de que ficar fora desse sistema de conhecimento significa não existir, parece que não há alternativa para o resto do mundo” (FARIA, 2013, p. 187).

Levando em consideração esse contexto, a academia de Administração vem sendo acompanhada por processos de institucionalização dessa ideia de que todos os conhecimentos “outros” fora do conhecimento universal do centro simplesmente não são válidos se não forem submetidos aos mandos do universalismo hegemônico. Faria (2013a, p. 188), especifica a questão da Administração nesse contexto da geopolítica do conhecimento ao chamar atenção para o fato de que essa área do conhecimento “está mais ‘blindada’ em relação a tais desafios do que algumas outras áreas devido à sua infância e à sua vinculação político-ideológica mais potente com os fundamentos da globalização neoliberal”.

Porém, o crescimento de economias emergentes, com “bolsões” de não conhecido, isto é, uma gama de conhecimentos ainda não incorporados pelo sistema universalista, mostra que esses conhecimentos “bárbaros”, inclusive as singulares maneiras de Administrar, têm contribuído para a ascensão econômica de países periféricos, o que representa no final das contas um risco para a ordem neoliberal ocidental (FARIA, 2013, p. 189).

Em outro momento, ao discutir expansão internacional do campo do management, Faria e Abdalla (2014) também contestam a questão geopolítica do conhecimento em Administração e dessa vez acabam por intensificar o tom de denúncia do “lado mais sombrio do mercado e da gestão”. Em termos epistêmicos, os autores tomam conta de que apesar de estudos na área de administração estarem cada vez mais internacionalizados, “a matriz de teorização e de construção de significados em escala global continua sendo dominada pelos EUA, seguida pela Europa” e tem sido impulsionada por questões relacionadas ao mercadocentrismo neoliberal (FARIA; ABDALLA, 2014, p. 1).

Confirmando o que já fora constatado no relato de Faria (2013), Faria e Abdalla (2014) sugerem que economias emergentes como Brasil, Índia e China passem a assumir mais responsabilidades com a finalidade de criarem uma realidade onde a pluriversalidade e de conhecimentos encare e desafie o unipolarismo e universalidade do sistema de conhecimento atual imposto pela lógica neoliberal.

Seguindo o curso estabelecido por Faria e Abdalla (2014), o conhecimento em Administração, sobretudo em Gestão, tem um lado “sombrio”, que é a sua função enquanto ferramenta para manter invisível a tentativa de transformação do neoliberalismo em neoimperialismo e a consequente manutenção da dicotomia centro-periferia. Quijano (2000) e Porto-Gonçalves (2005), falam que a colonialidade do “saber”, através de seu legado epistemológico do centrismo, que se apresenta como universal, impede a compreensão do mundo periférico a partir de realidades próprias e fundamentadas em epistemes que sejam desenvolvidas a partir de seu mundo. Isto é, controlar o pensamento do dominado é uma tentativa de mantê-lo na sua forjada condição de inferioridade e impedi-lo de pensar em alternativas de conhecimentos e contestações, que não o provido pelo hegemônico, alimentando assim o atual modelo geopolítico do poder.

Outro ponto fundamental na discussão elaborada por Faria e Abdalla (2014, p. 2) é o contexto histórico explorado pelos autores e a articulação da Administração com a área de Relações Internacionais para explicar essa disfunção geopolítica do conhecimento tão perceptível no campo da Administração:

“(...) a ascensão do campo do *management* vem sendo impulsionado pela globalização neoliberal e pelo mercado-centrismo. O mercado-centrismo se apresenta como ordem única e multipolar. Entretanto, esse mercado-centrismo neoliberal foi imposto pelo Ocidente – liderado pelos EUA – ao resto do mundo. Ou seja, o princípio “de que não há alternativa” para o mercado (neoliberal) foi imposto unilateralmente pelo estado neoliberal eurocêntrico. A literatura de management por sua vez reproduz o mito de que o mercado governa a nova ordem mundial, ingenuamente descrita por hiper-globalistas como interdependente, *boundless* e *stateless*. Essa narrativa hiper-globalista tenta apagar da memória o mundo bipolar da Guerra Fria, por meio de uma ilusória perspectiva de descontinuidade e histórica, e manter invisíveis práticas e mecanismos que continuam dividindo o mundo entre Norte e Sul, civilizados e primitivos, desenvolvidos e subdesenvolvidos.”

Afinal, Faria e Abdalla (2014, p. 2) exortam a comunidade acadêmica para o fato de que as economias emergentes estão sendo atualmente classificadas como o principal inimigo à ordem ocidental liderada por Estados Unidos e Europa e que por isso as instituições de *management* assumiram a missão de “atrair e cooptar” tanto acadêmicos quanto instituições locais para fazer parte da sedutora agenda unilateral centrista, que oferece reconhecimento e status, mas em sua instância é uma máquina colonizadora. E em última análise, conclamam a formação de uma comunidade epistêmica no Brasil, engajada com outros atores do contexto do Sul, que em suas práticas promova mudanças nas estruturas que colonizam a área de Administração.

Faria e Wanderley (2015), aproximam a problematização da geopolítica do conhecimento a uma realidade brasileira, o caso das empresas familiares. Em seu ensaio, os pesquisadores confrontam o “fundamentalismo da gestão” com a decolonialidade, ao avaliarem que tais organizações continuam tendo um papel estratégico para o mundo, mesmo não tendo se submetido aos fundamentos do capitalismo gerencial.

Ao discorrerem sobre a trajetória da marginalização das empresas familiares no campo da gestão Faria e Wanderley (2015, p. 569), eles fazem uma proposta de descolonização desse campo e desmarginalização de tais empresas “por meio da construção de uma área de estudo em estratégia no (a partir do) Brasil que problematize a gestão estratégica da geopolítica do conhecimento em gestão.”

Novamente, a perspectiva histórica aparece nessa discussão e relaciona o contexto da guerra fria com o reforçamento e reprodução de um fundamentalismo no campo da gestão através dos fundamentos da modernidade eurocêntrica e universalista. Isto é, a hegemonia da corporação industrial moderna é superestimada tendo como preço o sufocamento de alternativas de organização empresariais, como, por exemplo, o caso das empresas familiares (FARIA;WANDERLEY, 2015).

Nesse sentido, para Faria e Wanderley (2015) descolonizar a área de gestão é apresentado como uma saída para o enfrentamento da empreitada lançada pelo centro ao tentar “desmarginalizar” através da colonização do que outrora era por classificado por si como inválido. Essa colonização de toda alternativa que se oponha e ameaça a posição de privilégio do centro, como o caso da maneira de fazer das empresas familiares, toma coerência quando se enxerga um sistema que se vê fragilizado pelas suas crises internas (como a crise mundial de 2008 que teve como cerne os EUA ou até mesmo a atual crise que passa a União Europeia) e ao mesmo tempo se vê também ameaçado pela ascensão das

economias emergentes, que mesmo sem atingir os padrões epistêmicos e de gestão impostos pela hegemonia, continuam a tomar espaço no cenário mundial. Porém, vale o registro de que descolonizar não é um movimento de “virada de jogo”, onde aconteceria “a substituição de uma modernidade por outra ou um fundamentalismo da gestão por outro”; na verdade, o que propõe a reflexão decolonial é “a proposta de construção de um mundo no qual diversos mundos e conhecimentos podem coexistir” (FARIA; WANDERLEY, 2015, p. 582).

Pela a construção desse mundo pluriversal, onde já não haja um quadro de disfuncionalidade geo-epistêmica caracterizado pela continua imposição do conhecimento euro-norte-americano sobre os diversificados saberes “outros” e epistemologias alternativas, Abdalla e Faria (2015, p. 1) sugerem alternativas para a co-construção de uma agenda que promova conhecimentos e práticas informadas pela opção decolonial como “alternativa à adoção e replicação de conhecimento importados do (e impostos pelo) *Norte Global*”.

Porém, Abdalla e Faria (2015) demonstram consciência em relação às dificuldades que a área de Administração tem que enfrentar no processo de contra a colonialidade do conhecimento, uma vez que historicamente essa hegemonia foi desenhada ao de uma maneira violenta e paradoxalmente “invisível” e “silenciosa”, revelando uma dimensão alienante de saber.

A primeira dificuldade é que epistemologias e ontologias que desafiem frontalmente o pensamento hegemônico, como por exemplo a opção decolonial, apresentam adoção extremamente recente e além de haver uma barreira, por parte dos pares, para sua aceitação, reconhecimento e legitimidade, tendo em vista que esses mesmos pares normalmente tem tradição na educação e formação oferecida pelo centro, o fato de ser uma perspectiva nova contribui para uma relativa escassez de pesquisas com aplicações empíricas em administração; outra dificuldade seria que as chamadas áreas funcionais da administração, em geral mais ortodoxas, aparentam estar se distanciando cada vez mais da opção decolonial: “num extremo do problema, pela sistemática reprodução de conhecimentos acriticamente importados; e no outro extremo, pela (re) produção de conhecimentos doutrinados pela perspectiva colonialista do Norte Global”, agravando, dessa maneira, um quadro de subteorização desta da perspectiva decolonial em Administração (ABDALLA; FARIA; 2015, p. 11).

A partir de toda a problematização geopolítica do conhecimento até agora apresentada e discutida, Faria e Abdalla (2015, p. 11-12) sugerem alguns aspectos a serem abordados na co-construção de uma agenda de pesquisas e ensino em administração que vise dar impulso a pesquisas que estejam comprometidas com a perspectiva decolonial como uma das saídas para essa atual situação de disfuncionalidade epistêmica:

“a) Promoção de pesquisas, debates e eventos que fomentem o reconhecimento da subalternidade brasileira e latino-americana, no que se refere ao quadro de construção de conhecimentos em administração, e o conseqüente desafio à importação acrítica de conhecimentos no campo; b) A partir do reconhecimento do quadro de disfuncionalidade geoepistêmica, buscar a promoção de pesquisas, debates e eventos que estimulem um repensar frente ao conhecimento universal, empregado como verdade no campo da administração, e a subseqüente produção de conhecimentos descolonizados, transmoderno e pluriversais nas mais diversas áreas de atuação, em especial, nas chamadas áreas funcionais; c) Promoção da busca pelo desenvolvimento de alternativas metodológicas mais alinhadas e próximas às múltiplas realidades, contextos, problemas e epistemologias do Sul Global, permitindo assim, maior proximidade entre academia, praticantes, sociedade e o campo de atuação da gestão/administração; d) Promoção da aproximação de pesquisadores de economias emergentes, que vivenciam realidades próximas e similares, fortalecendo a identidade acadêmica latino-americana, que estimule a co-construção de conhecimentos pluriversais, capazes de desafiar a lógica dominante e fomentar um quadro de coexistência entre os muitos conhecimentos globais; e)

Estímulo ao legítimo reconhecimento das necessidades e demandas advindas dos muitos atores envolvidos na condução de processos empresariais, modificando o exclusivo enfoque nas cúpulas empresariais; f) Difusão dos resultados das pesquisas descolonizadas no ensino em administração, em níveis de graduação e pós graduação, promovendo, por meio do desafio ao solidificado conhecimento hegemônico, um gradual processo de libertação geoepestêmica.”

Em adição aos pertinentes pontos apresentados pelos autores citados acima, encerra-se esse ensaio propondo o estudo de *práticas educacionais decoloniais* em Administração como mais um aspecto a ser discutido como pauta para agenda dos estudos decoloniais nessa área. Como foi observado, a dimensão do conhecimento perpassa as discussões e debates atualmente empreendidos no estudo da Administração sob a lente decolonial. Nesse sentido, pressupõe-se que identificar maneiras alternativas de fazer a educação venha a contribuir para a construção desses espaços geo-epistêmicos pluriversais no campo da Administração.

Referências

ABDALLA, Márcio Moutinho. Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. Título: Repensando o Duplo Movimento Polanyiano a Partir do Desenvolvimento de Estratégias Sociais: um Olhar Sobre o Setor de Energia Nucleoelétrica à Luz da Opção Decolonial, Ano de obtenção: 2014.

ALBÁN ACHINTE, Adolfo. 2000. Patianos allá y acá. Bogotá, El Sol de los Venados.

BALLESTRIN, Luciana. (2013) América Latina e o Giro Decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. no.11 Brasília May/Aug. 2013.

BANERJEE, B. Whose land is it anyway? National interest, indigenous stakeholders and colonial discourses: the case of the Jabiluka uranium mine. *Organization & Environment*, v. 13, n. 1, p. 3-38, 2000.

BERTERO, C. O.; ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FARIA, A.; ROSSONI, L. Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 1, p. 182-196, 2013.

CALDAS, M.; ALCADIPANI, R. Post-colonialism in latin american management: the Genesis and trail of north american reference in brazilian culture and management. In: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 3., 2003, Manchester. Proceedings...Manchester: UMIST, 2003.

CAMARGO, Tamara Lopes Martins. Sociogênese do estado plurinacional na Bolívia contemporânea: etnografando o viceministerio de descolonización. 2014. 199 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CARVALHO, Ediléia . "[...] Tem que partir daqui, é da gente: a construção de uma escola outra no quilombo Campinho da Independência- Paraty, RJ.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOQUEL, Ramon (2007). "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOQUEL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

COOKE, B. The denial of slavery in management studies. *Journal of Management Studies*, v. 40, n. 8, p. 1895-1918, 2003.

DUSSEL, E., *El encubrimiento del otro*, La Paz, Plural Editores, 1994, p. 175.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FARIA, A., & ABDALLA, M. M. Engajando com o Lado Mais Sombrio do Mercado e da Gestão. In: XXXVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD, 38. Anais ... Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

MIGNOLO, Walter. “Postoccidentalismo: el argumento desde America Latina”, em CASTRO-GOMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. Mexico: Miguel Angel Porrua, 1998.

MISOCZKY, M. C. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2006.

MISOCZKY, M. C. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, v. 18, n. 3, p. 345-363, 2011.

NASCIMENTO, A. M. O potencial contra-hegemônico do rap indígena na América Latina sob a perspectiva decolonial. *Polifonia*, v.21, n. 29, 2014, p. 91-127.

NEU, D. Presents for the “Indians”: land, colonialism and accounting in Canada. *Accounting, Organizations and Society*, v. 25, n. 2, p. 163-184, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de . *HISTÓRIAS DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA ESCOLA. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História.* 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, v. 1000. 319p. 2012.

PÉREZ-JIMÉNEZ, César (2012) *Pensar un proyecto decolonial: la educación venezolana en perspectiva Ra-Ximhai*. Volumen 8 número 2 enero – abril 2012. Disponível em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rxm/article/download/33900/30952> Acesso em 17 jul. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 9-15, 2005.

PRASAD, A. (Ed.). *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement*. Palgrave: McMillan, 2003a.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y modernidad/racionalidad” em *Perú Indígena (Lima)* Vol. 13, Nº 29, 1992 a.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, p. 93-126, 2007.

- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- ROSA, A.; ALCADIPANI, Rafael. A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos sobre Administração e Organizações no Brasil: (Re)pensando a Crítica a Partir do Pós-Colonialismo. *RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso)*, v. 14, p. 186-215, 2013.
- ROSA, A.; ALVES, M. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 255-264, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. Cosmologias Afroindígenas Na Amazônia Marajoara. *Projeto História (PUCSP)*, v. 44, p. 197-226, 2012.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, MA / London: Harvard U. P, 1999.
- WALSH, Catherine (ed.). *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar – Abya-Yala, 2009.
- WALSH, Catherine. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. *Revista Tábula Rasa*, n. 12, p. 209-227, jan./jun. 2010.